

CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA

O Partido dos Trabalhadores atravessa uma encruzilhada, no plano da construção partidária, da sua organização e do seu funcionamento. O papel desempenhado pelo PT na última campanha presidencial coloca-o diante de novas responsabilidades perante a classe trabalhadora e o conjunto da sociedade. As eleições de 90, a conjuntura dos próximos anos, a inserção cada vez maior do PT no plano institucional e a previsão de que essa frente de luta tende a intensificar-se, só fazem aumentar essa responsabilidade e geram possibilidades de tensões que o Partido ainda não conseguiu equacionar adequadamente.

As alterações na estrutura socioeconômica brasileira (com o surgimento, o rearranjo e a reacomodação de classes e grupos sociais), as reformulações do capitalismo internacional e as profundas mudanças nos países socialistas (principalmente nos países do Leste Europeu), por outro lado, obrigam o Partido dos Trabalhadores a um profundo reexame da teoria e da prática que até então vinham presidindo a luta histórica por uma humanidade livre, justa e fraterna, de modo a obter maior nitidez em sua concepção de socialismo e dos caminhos capazes de levar à transformação socialista da sociedade brasileira.

Além disso, avoluma-se a sensação de que nem tudo anda bem no funcionamento do Partido. É nítido o descompasso entre o crescimento da importância do PT e o crescimento da sua estrutura orgânica. Há lacunas evidentes no desempenho do Partido, tanto no plano institucional quanto no plano do movimento social. Muitos criticam o funcionamento real da democracia interna e se queixam de que o Partido se afastou das origens, fechando-se para a massa de trabalhadores e correndo o perigo de elitizar-se e burocratizar-se. Outros vêem na atuação partidária desvios eleitorais.

Da mesma forma, há sérias dificuldades na aplicação prática de uma política de frente e alianças, de acordos e coligações, na conquista de novos setores sociais em busca da hegemonia. Nas suas relações com os setores populares e os trabalhadores, a militância petista oscila entre a atração e a repulsão. Quadros e militantes também hesitam nas suas relações com o poder. Há os que se impacientam com o ritmo lento de uma política de acumulação de forças; há os que se atemorizam diante da necessidade de saltos históricos. E, em vários aspectos da atividade dos petistas, há contradições nítidas entre o discurso e a prática.

Tudo isso indica a necessidade de um reexame profundo da nossa concepção de Partido. Não se trata de renegar dez anos de história do PT, nem todo um século de tentativas da classe trabalhadora brasileira para construir seus instrumentos de organização e de luta, mas é fundamental romper com a acomodação a fórmulas consagradas, é preciso praticar a autocrítica, dissolver formas cristalizadas inoperantes, comparar experiências, retomar práticas que deram certo, ousar o inusitado. Não se trata, meramente, de propor um novo estatuto e regimento interno. A situação e o momento exigem maiores arrojos, uma profundidade serena mas inexorável.

É preciso ter uma visão clara dos fatores que condicionam a elaboração e a aplicação de uma política de construção partidária. Fundamental, nesse sentido, é

pensar num partido para a realidade histórica brasileira deste final de século. Isso implica o conhecimento cada vez mais profundo dessa realidade em todos os seus aspectos, o que inclui tanto o exame do estado de desenvolvimento do capitalismo brasileiro quanto a história real das formas de luta do povo brasileiro, suas tradições de organização e atuação, a correlação de forças entre as classes e as camadas sociais, a permanente polarização entre dominantes e dominados.

Particularmente importante para a construção partidária é a observação aguda e inteligente das formas culturais e psicossociais da vida brasileira, o comportamento do povo brasileiro, com seus valores, preconceitos, maneiras espontâneas de agir e de se expressar socialmente. Igualmente importantes são as semelhanças e diferenças que aproximam e distinguem a cidade e o campo, as capitais e o interior, as diversas regiões geográficas e sociais, as diversas faixas etárias, as majorias e minorias e os grupos sociais específicos.

A concepção e a forma do Partido dos Trabalhadores também dependem, em alto grau, de sua concepção de socialismo e do caminho que adota para sua conquista e construção. O processo de definição estratégica para o socialismo exige um avanço na definição da estrutura organizacional, embora muitas vezes ocorram defasagens entre essas definições. Neste sentido, entretanto, o mais importante é que, do mesmo modo que nosso caminho socialista não obedece a modelos, a concepção e a forma do Partido dos Trabalhadores não obedecem a fórmulas partidárias que tiveram origem e desenvolvimento em outros lugares e momentos históricos.

DIRETRIZES PARA A REORGANIZAÇÃO DO PT

A afirmação do PT como partido revolucionário coloca a necessidade de reformarmos e desenvolvermos diretrizes fundamentais de organização partidária (em parte estabelecidas no 5º Encontro). Um partido com identidade político-programática, expressando a sua concepção de socialismo e os meios de alcançá-lo. Hoje, o PT, sendo coerente, deve desenvolver esta identidade e não desviar-se do seu acúmulo programático. Isto indica não só a necessidade de firmar a sua compreensão de um socialismo radicalmente democrático e da solidariedade internacional com a luta dos trabalhadores e oprimidos, mas também da sua crítica ao Estado burguês e ao capitalismo, avançando na elaboração de uma estratégia para a revolução socialista no Brasil. Este rumo estratégico determina um perfil organizativo para o PT. Organizar a sua militância para a construção da alternativa de poder dos trabalhadores, num processo que abarca a ação institucional, mas que não se restringe e nem se subordina a ela.

É, assim, um perfil de partido de atuação o ano inteiro e não nos momentos de eleição. Um partido de atuação na sociedade, junto do povo, nas lutas, construindo a organização independente e avançando a consciência socialista, e não um partido que atua apenas nos locais reservados pelas classes dominantes para a disputa política (vale dizer, o Parlamento e os Executivos).

Um partido que se capacita como dirigente político coletivo, o que significa exercer um papel de vanguarda política, reconhecendo que a luta de classe, movendo-se em um terreno de contradições objetivas, não é um processo de choque

de forças cegas. Ao contrário, é um processo no qual intervêm forças conscientes dos seus objetivos, e é no terreno político-ideológico, mais que qualquer outro, que se expressa essa realidade.

Assim, a organização partidária deve ser capaz de elaborar e enxergar à frente, de superar a alienação e a segmentação da visão da sociedade impostas pela dominação de classe da burguesia. E deve ter o sentido de reunir as camadas conscientes dos trabalhadores e do povo dispostas a lutar pela transformação socialista. E, desta forma, se construir como pólo político também para os setores desorganizados ou marginalizados da sociedade.

Um partido que se constrói democraticamente é a condição básica para uma real unidade partidária. Isto significa a integração efetiva e permanente da base partidária à construção política e organizativa do Partido: com poder de decisão, com meios de aprimorar sua formação e sua capacidade política.

Significa também a legitimidade das diferenças no interior do Partido, a rejeição do autoritarismo monolitista. O debate interno e a organização interna dos militantes para defenderem suas posições, num quadro de unidade organizativa, são elementos centrais para o aprimoramento de posições do Partido e para efetiva unificação partidária dos militantes identificados com a luta pelo socialismo. Nesse sentido, o Partido deve estimular a participação feminina em todas as instâncias de direção partidária e desenvolver uma cultura interna de combate permanente às práticas autoritárias e discriminatórias.

Esta concepção de democracia interna militante opõe-se à democracia eleitoral que vem caracterizando o funcionamento partidário.

Um partido com implantação nos setores fundamentais da sociedade, ou seja, nos setores objetivamente interessados na transformação socialista. Isto significa a presença partidária no proletariado industrial, junto aos trabalhadores rurais e pequenos proprietários do campo, junto às massas pobres da cidade, junto às camadas médias assalariadas, aos intelectuais, à juventude, às mulheres, enfim, junto ao arco social dos setores em luta por sua emancipação.

O PT já conta, em suas fileiras, com os militantes mais reconhecidos desses movimentos e com a simpatia da sua base, mas, além disso, o que é preciso é a presença capilar, o enraizamento, e a expressão da ação política desses militantes como ação política do Partido. É essa a condição que nos permitirá, ao lado da atuação política para o projeto socialista, fazer com que a mensagem do Partido alcance setores não-organizados, disputando-os frente à manipulação e à alienação promovidas pelas classes dominantes.

Um partido que impulsione a organização independente e autônoma, repudiando o autoritarismo de partido e sendo um propulsor da auto-organização. Este é um aspecto cada vez mais decisivo para o PT: à medida que o Partido cresce e ganha assento na institucionalidade, é necessário reforçar, ainda mais, a autonomia dos movimentos e a perspectiva de auto-organização. Isto se fortalece especialmente nos locais governados pelo PT, onde, na ausência de uma atuação em separado e diretamente do Partido nos movimentos e na sociedade, o que pode ocorrer é a cooptação, o desarmamento político-organizativo dos movimentos, com conseqüências desastrosas até mesmo para a correlação de forças nos locais governados pelo PT.

Estes são alguns dos desafios que temos pela frente. Se não configuram propriamente uma crise, são, ao menos, suficientemente graves para impor a todo o coletivo partidário um empenho redobrado, capaz de levar o PT a dar um salto de qualidade em sua construção e na definição de sua estratégia para o socialismo.

Tomando como base tais desafios e a experiência dos dez anos de vida do PT, uma política de construção partidária que leve a tal salto de qualidade precisa atacar principalmente as questões mais relevantes e prementes enfrentadas pelos quadros e pela militância petista. A definição de nossa concepção de socialismo e estratégia para a revolução brasileira, as relações com a sociedade, as relações do Partido com suas bases de apoio, a democracia petista e a articulação da intervenção do Partido na institucionalidade com nossa atuação organizada no movimento de massas.

AS RELAÇÕES COM A SOCIEDADE

O Partido dos Trabalhadores é fruto da atual sociedade brasileira, de suas contradições e desafios e se relaciona com essa sociedade de diversas formas e maneiras. Pela ação individual dos petistas. Pela ação dos núcleos de base e dos Diretórios. Por intermédio de algumas secretarias específicas. Pela ação das bancadas parlamentares, das administrações petistas e suas equipes de governo. Pelas notas, comunicados, manifestos, moções e resoluções emanados das instâncias de direção. Pelas entrevistas, declarações, informações e frases dos dirigentes, líderes e parlamentares petistas. Por artigos em jornais e revistas, escritos por petistas conhecidos. Pelas campanhas políticas específicas e pelas campanhas eleitorais. Pelos programas de rádio e televisão nos horários concedidos pela Justiça Eleitoral. Por jornais, revistas, boletins, panfletos, cartazes, vídeos, bottons, faixas e outras formas de divulgação. Pelo Governo Paralelo. Pela ação concreta de ativistas do movimento popular e sindical, que se identificam ou são identificados como petistas, nas greves e outras manifestações. Por debates, palestras, seminários de que participam petistas, representando ou não oficialmente o Partido. Pela presença do PT em acontecimentos internacionais e pela cobertura da imprensa às idéias e às atividades do PT. Pelas discussões no Parlamento e pelos ataques políticos, eleitorais ou não, dos adversários do PT. Pela coincidência de idéias, posturas e ações de entidades da sociedade civil com as posições do Partido.

Desse modo, salta à vista que há inúmeras formas de relacionamento do PT com a atual sociedade brasileira, decorrentes de sua própria existência e derivadas dos embates entre as idéias e ações do PT e outras forças políticas e sociais ou de ações espontâneas da base da sociedade. O grande problema do PT, nesse caso, consiste em conhecer o mais aproximadamente possível os diferentes atores (sociais e políticos) com os quais se relaciona, na maioria das vezes espontaneamente e sem controle, e imprimir a tal relacionamento um caráter consciente, planejado e organizado.

Nas condições presentes, isso é particularmente importante em relação aos grandes contingentes despolitizados da população brasileira, aos trabalhadores organizados, aos movimentos sindical e popular, à sociedade civil e aos partidos.

Um dos mais sérios desafios enfrentados pelo PT na atualidade, como demonstrou a experiência eleitoral de 1989, consiste em encontrar caminhos e formas de relacionar-se de modo consistente com os grandes contingentes despolitizados e inorganizados da sociedade. É uma imensa massa da população, constituída das camadas de menor ou praticamente nenhum rendimento permanente; inteiramente analfabeta ou extremamente pouco alfabetizada; de poucos e mínimos recursos de sobrevivência; massa de indivíduos sobrecarregados pela luta cotidiana pela vida, avessos a quaisquer formas mais sistemáticas de organização, propensos a acreditarem nos milagres dos salvadores providenciais, sensíveis aos carismas pessoais, submissos e subservientes a qualquer forma ostensiva de autoritarismo, do PM armado à Rede Globo, passando pelas elites demagógicas e populistas.

Para relacionar-se com esses contingentes, o PT terá que utilizar formas e métodos diferentes dos que tem usado tradicionalmente para relacionar-se com os setores mais avançados dos trabalhadores urbanos e rurais e com as classes médias intelectualizadas e politizadas. Será necessário combinar as formas massivas de comunicação com as visitas domiciliares e com maneiras especiais de abordagem individual e apresentação de propostas políticas. Os núcleos e Diretórios, assim como os meios de comunicação externa do Partido, terão que desenvolver toda a sua criatividade e espírito de iniciativa para encontrar esses caminhos e superar esse desafio, que, hoje, é estratégico para a construção do PT e para a luta política.

Desafio não menos importante, e intimamente relacionado com a conquista dos contingentes despolitizados, é o relacionamento acertado com os trabalhadores organizados nos movimentos sindical e popular. Embora ainda minoritários no conjunto da classe trabalhadora, esses setores desempenham um papel importante no movimento social e político e constituem a principal base para a sustentação e construção do PT. Nesse sentido, é fundamental que os petistas, suas organizações e instâncias partidárias, exerçam com eles um relacionamento essencialmente político, ganhando-os para as propostas do PT através do diálogo, da persuasão e do exemplo prático, evitando as práticas do aparelhamento das entidades sindicais e populares e respeitando sua autonomia. É preciso estabelecer linhas para intervenção nos movimentos sociais, através de encontros setoriais da militância e deliberado nas instâncias partidárias. Ao mesmo tempo, torna-se, cada vez mais, uma questão estratégica transformar os melhores, mais dedicados e mais sérios ativistas dos movimentos sindical e popular em filiados e militantes do PT, sem que, por isso, precisem abandonar sua atividade social. A presença desses ativistas na militância e nas instâncias partidárias é uma das condições para que o PT se mantenha estreitamente relacionado ao movimento social, conheça sempre o pulso desse movimento e possa agir sobre ele de modo correto.

Para ampliar sua ação junto à sociedade, tornando-se referência para todos os trabalhadores e para a população em geral, com legitimidade para atuar junto a setores historicamente distanciados da ação política organizada, conseqüência da secular exploração racial no Brasil, o Partido terá que elaborar uma política de relações raciais, a partir do entendimento de que o racismo não é apenas um

problema de negros, mas uma questão nacional, que se reflete diretamente na luta de todos os trabalhadores do País.

O PT se empenhará na realização de encontros e seminários, com a participação de militantes e setores progressistas do Movimento Negro, para a elaboração dessa política, contemplando a multiplicidade e as contradições da sociedade brasileira e das regiões, de forma a ampliar a sua ação classista. Essa ação terá de levar em conta a autonomia dos setores discriminados e marginalizados e a necessidade de ações efetivas na luta internacional contra o racismo, estabelecendo relações com partidos, organizações e Estados democráticos com populações de maioria negra.

As entidades do movimento sindical e popular fazem parte, em grande medida, do que costumamos chamar de sociedade civil, embora tendo uma ação específica mais marcante na esfera econômica e social. A sociedade civil brasileira está constituída, hoje, por numerosas outras entidades, que não guardam vínculos com o PT, mas que, como as entidades sindicais e populares, exercem papel influente na vida social e política do País. Estão neste caso as Igrejas, as diversas ordens ou conselhos de profissionais liberais, a exemplo da OAB e ABI, assim como inúmeras entidades culturais e os chamados clubes de serviços.

O relacionamento do PT com a sociedade civil brasileira é importante tanto pela influência crescente exercida por ela quanto pelo fato de que a disputa da hegemonia e do poder político pelos trabalhadores e demais camadas populares ocorre de forma muito intensa no campo da sociedade civil, criando novas condições para a ampliação e consolidação da democracia. E ocorre não só colocando a sociedade civil em contraposição ao Estado, mas também as organizações econômicas e sociais dos trabalhadores em concorrência com as entidades predominantemente burguesas, instituições e associações patronais conservadoras ou reacionárias, que se destinam a manter os setores populares sob a influência dos valores burgueses. Nessas condições, o PT precisa deixar claras suas diferenças quanto a essas entidades, sem recusar-se a travar o embate ideológico com elas. Ao contrário, é fundamental procurar esse embate para retirar os setores populares da influência burguesa, libertando-os da mistificação entorpecedora das classes dominantes.

Nessa perspectiva, o PT precisa ainda ter políticas de relacionamento com as Igrejas, assim como com entidades de natureza científica, acadêmica e cultural, que não se confundem com os sindicatos e associações que congregam os membros dessas instituições para as lutas reivindicatórias. As Igrejas e aquelas entidades possuem grande poder de influência, comportam saber e elaboram teorias filosóficas, culturais e políticas, constituindo-se em poderosos instrumentos de disputa ideológica.

Díficeis têm sido as relações do PT com os outros partidos políticos, tanto com aqueles situados no campo inimigo, quanto com os do campo progressista e popular. Nos primeiros anos de existência, o PT procurou, corretamente, afirmar e preservar sua própria identidade pela diferenciação, quando não pelo combate frontal aos demais partidos, independentemente do campo em que se situavam. Hoje, dez anos depois, as dificuldades de relacionamento com os outros partidos decorrem, em parte, da consciência que os petistas têm de que, na maior parte dos casos, mesmo

os partidos ditos progressistas ou populares não têm consistência programática, nem unidade política nacional. Assim, fica difícil discriminar aqueles com os quais é possível entrar em relações, fazer acordos e alianças, mesmo que pontuais. A ausência de identidade política dos outros partidos é, muitas vezes, mencionada como a base das dificuldades que o PT sentiu, no ano passado, para formar a Frente Brasil Popular. Nestas eleições de 1990, o Partido encontrou algumas dificuldades regionais e locais para fazer coligações eleitorais em todos os estados, embora em muitos tenha sido possível estabelecer frentes e alianças; em muitos militantes de base ainda persiste a idéia de que o PT seja capaz de superar, sozinho, todas as dificuldades da luta pelo socialismo.

Na verdade, parte considerável dos quadros e militantes petistas não se deu conta da necessidade de realizar um esforço contínuo para buscar alianças e apoios nos setores oprimidos da sociedade, alguns dos quais encontram sua expressão política não necessariamente no PT, mas em outras organizações políticas. Nessas condições, para cumprir seu papel estratégico de dirigir todos os oprimidos pelo capitalismo brasileiro na luta por uma nova sociedade, o PT terá que distinguir as posições, as posturas e os programas políticos dos partidos que representam setores não representados pelo PT, buscando alianças com eles para a luta em torno de objetivos comuns. O parâmetro para tais alianças é a capacidade demonstrada por esses partidos para exprimir, politicamente, legítimos anseios das massas populares.

Para realizar a contento seu relacionamento com a sociedade, o PT precisará, cada vez mais, agilizar seus núcleos e Diretórios, tanto como instâncias de democracia interna, quanto de janelas abertas para a sociedade. Este papel está sendo exercido de forma precária e insatisfatória, tanto pelos núcleos de base quanto pelos Diretórios. A maioria dos núcleos deixou de existir e, quando existem, se restringem a exercer precariamente apenas alguns dos aspectos de base de democracia interna. O mais das vezes, têm ação apenas episódica, às vésperas dos encontros e convenções, transformando-se em comitês eleitorais de apoio a candidatos proporcionais ou se engalfinhando em intermináveis disputas internistas por postos de direção e pelo chamado poder partidário. Raríssimos são os núcleos que funcionam como expressão, representação e direção da sociedade fora do Partido. Com os Diretórios dá-se praticamente o mesmo.

A revitalização dos núcleos passa por conferir-lhes real poder nas decisões do Partido. Para tanto, o Diretório Nacional deve, no prazo de um ano, buscar fórmulas que permitam tornar os núcleos de base uma das referências para definição dos delegados aos Encontros do PT, bem como de sua participação nos organismos dirigentes do Partido.

É preciso, portanto, repensar a natureza e a forma de funcionamento dos núcleos de base, de maneira que, efetivamente, venham a exercer o importante papel que devem ter na construção do PT. Neste sentido, resgatamos aqui o essencial das preocupações já expressas nas Resoluções do 5º Encontro Nacional. Mas, ao mesmo tempo, devemos pensar, com ousadia e criatividade, em novas formas de organização de base no Partido, bem como de novos canais para atuação no movimento social concreto, a fim de enfrentar também os novos desafios que se colocam para o PT neste momento em que nos dispomos a lutar por hegemonia no rumo da construção do socialismo.

Os núcleos e Diretórios, para transformarem-se em janelas abertas para a sociedade e instrumentos de ação social, terão de voltar-se, efetivamente, para uma atuação prioritária entre os grandes contingentes despolitizados, os trabalhadores organizados, a sociedade civil e os partidos políticos e nas instituições. Terão que programar atividades para fora (uma festa, palestra, um mutirão de visita domiciliar), que incidem sobre os diferentes setores sociais e políticos e ampliam o relacionamento do PT tanto com os movimentos sindical e popular, associações representativas etc., quanto com as massas desorganizadas. Terão que elaborar políticas específicas para o conjunto dessas entidades de massa, para cada uma em particular e para os demais setores sociais e políticos. Cada vez mais o PT terá que superar as relações de caráter pessoal, de liderança para liderança, pela mediação de instâncias orgânicas, superando também as disputas e divisões entre petistas, que permitem a vitória de forças de direita ou antiprogressistas nas entidades e movimentos sociais.

Reafirmar os núcleos enquanto organismos fundamentais de base significa resgatar a independência do Partido em relação à legislação oficial, que atrela a organização partidária às eleições, ou seja, à perspectiva de existirem apenas partidos do ponto de vista eleitoral. Nesse processo, a prioridade para a nucleação deve passar, definitivamente, a ser assumida pelo conjunto do Partido. Para isso, livre das exigências cartoriais, o núcleo deve passar a ocupar um lugar dirigente no PT, servindo como instrumento de mobilização para campanhas gerais e de elaboração política relativa à sua área de intervenção, constituindo-se em instrumento privilegiado para incorporação de novos militantes. Passos na direção de fortalecer e dar maior poder aos núcleos devem ser dados, com a implementação de proposta, já aprovada, no sentido de incorporar ao diretório de base uma representação eleita diretamente pelos núcleos.

Atenção especial deve ser dada à constituição dos núcleos de categoria, setor privilegiado de intervenção dos petistas, mas onde, contraditoriamente, a organização do Partido é mais débil. No caso desses núcleos, uma ampliação de seu poder de representação é indispensável.

Fica cada vez mais evidente que, para reforçar sua ação na sociedade, o PT precisa também superar suas lacunas na construção de uma eficiente rede de comunicações externa. O grande poder que os meios modernos de comunicação de massa exercem na difusão das idéias, valores, propostas e políticas das classes dominantes precisa ser enfrentado pelo PT de modo eficaz, mesmo levando em conta a enorme disparidade de recursos. Nenhuma força política pode dispensar a propaganda e a agitação de suas teses e propostas no embate ideológico e político.

Para que isso aconteça, em sua comunicação externa o PT precisa trabalhar com várias linguagens, traduzindo teses e propostas ao entendimento tanto dos setores mais intelectualizados quanto das camadas sem instrução e despolitizadas, utilizando os diferentes meios de comunicação de forma criativa. Em certa medida, embora em escala reduzida, os petistas demonstraram originalidade na criação de programas de TV e rádio, em particular durante as campanhas eleitorais. Também é da tradição petista uma vasta produção de boletins, jornais tablóides e impressos em geral. Entretanto, é evidente que ainda não existe uma política mais consistente de

comunicação externa, que combine televisão, rádio, impressos e meios cênicos de comunicação numa escala que atinja grandes massas.

A edição de um jornal para a sociedade, o melhor aproveitamento da televisão e do rádio e a utilização do teatro, e mesmo do cinema, são desafios que devem ser vencidos com decisão, para ampliar consideravelmente o relacionamento do PT com a sociedade, permitindo-lhe disputar, efetivamente, a hegemonia ideológica e política.

A fim de que haja um canal de comunicação direta da direção com a militância e com os simpatizantes do Partido, ou mesmo com os militantes do movimento social, devemos partir, imediatamente, para a produção do jornal nacional do PT, nos termos do projeto já aprovado pelo Diretório Nacional. Este jornal deverá voltar-se, basicamente, para a orientação da militância e para a divulgação das posições do PT sobre os acontecimentos da conjuntura. Como forma de garantir a sua viabilidade, este jornal deverá ser sustentado pela venda de assinaturas e pela definição de cotas pagas pelas direções estaduais.

Em segundo lugar, é decisiva a implementação planejada da construção de uma verdadeira rede povo de comunicações. Tal iniciativa tem desdobramentos, tanto partidários como no plano do movimento de massas que influenciaremos. A rede terá como sua conseqüência inicial a implementação de boletins municipais e do jornal nacional dirigido pelo Partido. A aquisição de rádios já existentes, a construção de rádios livres, a luta pela democratização das concessões e sua obtenção pelo Partido ou por conjuntos de entidades do movimento popular, tanto no rádio quanto na TV, e a produção independente de vídeo devem constituir metas escalonadas em curto, médio e longo prazo.

Isso abrange ainda um efetivo trabalho de elaboração teórica, que esteja voltado para a solução dos problemas práticos colocados pela vida social. Levar ao conhecimento da sociedade propostas para transformá-la e construir o socialismo, e demonstrar sua superioridade frente ao capitalismo, é parte indispensável do processo de construção do PT.

AS BASES DE APOIO

O fato de o PT ser um partido de massas exige de nós uma política de organização que se dirija, preponderantemente, ao universo orgânico de militantes e filiados, mas que a ele não se limite. É preciso estabelecer pontos de contato e participação com todos aqueles que, embora não sendo membros do Partido, comportam-se como petistas, se autoconsideram petistas ou são área de influência partidária.

É fundamental reconhecer a existência de graus diversos e diferentes de adesão ao projeto petista. Essa identificação é necessária para que o Partido possa traçar e aplicar políticas diferenciadas de interlocução com os diversos tipos, de tal maneira que se obtenha maior grau de integração de petistas ao PT e, ao mesmo tempo, o PT consiga ser o mais representativo possível de amplas camadas da população.

No PT, há os filiados que dedicam toda a sua vida a uma militância permanente e total; os que, além da filiação formal, não têm outros vínculos com o

Partido; e também aqueles que, freqüente ou esporadicamente, participam de atividades partidárias.

Fora desse universo de filiados e militantes, há os que não guardam quaisquer vínculos orgânicos com o Partido, mas que acompanham sua vida, com ele se sentem solidários e o defendem, e brigam pelo PT. Há os que se aproximam do Partido, ainda que apenas na época das campanhas eleitorais, e então contribuem com dinheiro e com esforço de militância. Há os que apenas votam, sistemática ou episodicamente, nos candidatos do PT. Existem os que não suportam freqüentar uma reunião do Partido, mas que, quando mobilizados, são capazes de contribuir para as teses e programas partidários em áreas profissionais, científicas, acadêmicas e culturais. Também existem os que acompanham o PT de longe, às vezes são muito críticos e agem contra o PT, mas não podem renunciar ao Partido como o contraponto de sua própria consciência política. Há os que nem sabem direito o que é o PT, mas que, na prática, conduzem ações e posturas por idéias semelhantes às do PT, influenciadas pelos exemplos e pelo discurso de petistas. Há os que simplesmente gostam da estrela. Há os que usam botton do PT e, por isso, se acham tão petistas quanto o Lula.

É preciso, portanto, compreender que um partido como o PT abrange, no seu interior, dois tipos de bases:

1- as bases militantes, constituídas pelos que mais se integram nas atividades orgânicas do Partido;

2- e as bases partidárias, compostas pelo conjunto dos filiados.

Além disso, porém, existem na sociedade setores que se vinculam com o PT de maneira indireta, esporádica e fluida, mas que devem ser objeto de sua atenção e de políticas de atuação específicas. Entre estes, situam-se o eleitorado petista, diversificado e variável, os setores que têm o PT como referência de suas idéias e ações e as classes e grupos sociais cujos interesses e aspirações o Partido procura representar e exprimir, e cuja ação coletiva e organizada o PT pretende dirigir politicamente. São as bases sociais do Partido.

O PT precisa estudar e caracterizar essas diversas bases, captar o que possa haver de identidade na heterogeneidade, de unitário na diversidade, compreender a importância e o papel que podem jogar na busca de uma hegemonia petista na sociedade. É necessário que o PT use diversas formas de intercomunicação com essas diferentes bases, não apenas para fazer chegar a elas suas palavras de ordem, mas, principalmente, para ouvir suas vontades, seus anseios e temores. É preciso traçar políticas específicas para cada uma dessas bases, além de querer conquistar o resto da sociedade.

Todavia, é fundamental não confundir a necessidade de ampliar a influência do PT com idéias equivocadas segundo as quais o Partido não teria contornos definidos, e deveria constituir-se como uma espécie de movimento amorfo e diluído no interior da massa indiferenciada; nem com o erro de supor que só pode ser petista o militante de 24 horas por dia, enclausurado no Partido de estrutura celular e fechada. A base de influência do PT deve ser ampliada, mas só o Partido por suas instâncias orgânicas e com seus meios próprios – e não através de tendências internas – é que pode e deve dirigir-se ao conjunto da sociedade. Até o próximo Encontro Nacional, o PT deverá realizar uma campanha de filiação que corrija as

distorções existentes. A filiação será ao Partido, porque este é maior que suas tendências internas, cujos integrantes sempre serão filiados do PT.

DEMOCRACIA INTERNA

O PT tem procurado precisar com maior nitidez as relações das tendências internas do Partido com o conjunto do Partido. Desde as decisões embrionárias do 4º Encontro Nacional, e com maior ênfase nas decisões do 5º Encontro Nacional e na Regulamentação das Tendências Internas aprovada pelo Diretório Nacional em 20/5/90, o Partido dos Trabalhadores vem reconhecendo e aperfeiçoando o direito de tendência. Esse esforço tem buscado aclarar melhor o que são e quais são as tendências internas, como elas se relacionam entre si, como se conjugam com o conjunto do Partido e como funciona um partido com tendências internas.

Para isso, é necessário demarcar com absoluta precisão e nitidez os limites entre, de um lado, o PT com suas tendências internas e, de outro, as organizações políticas autônomas que atuam como partidos dentro do PT. Esse é, basicamente, um processo político, mas que, no limite, se exprime e se resolve em termos organizativos; é preciso haver clareza, unidade e determinação política do conjunto do PT para integrar todas as tendências políticas às suas normas democráticas de funcionamento e, ao mesmo tempo, afastar de si as organizações políticas autônomas, que são outros partidos que não o PT. Para isso, é necessário um processo de discussão política, pois o direito de tendência, por si só, não é sinônimo de democracia interna.

Concomitantemente a esse esforço, é preciso haver outro: o de assegurar a liberdade do petista que não se vincula a qualquer tendência interna. É preciso afastar o fantasma do tendencionismo obrigatório. Se no PT há lugar para tendências internas, deve haver lugar, também, para os que se sentem individualmente vinculados ao PT, sem mediação de qualquer agrupamento, aos quais é necessário garantir lugar concreto nas decisões partidárias e na disputa de posições e de postos dirigentes.

A democracia interna do PT é um dos valores de que os petistas mais se orgulham. Característica do Partido desde as suas origens, a democracia interna é virtude diferenciada entre o PT e os demais partidos, tanto os burgueses quanto os partidos convencionais de esquerda. Neste sentido, é preciso incluir no Regimento Interno a composição proporcional em todas as instâncias de direção, com representação de todas as chapas que alcancem 10% de votação nos Encontros. Essa medida tem o sentido de consolidar nossa tradição pluralista e impulsionar a construção da unidade partidária.

É necessário, cada vez mais, aprofundarmos o projeto democrático do PT. Temos que transformar nossos Encontros num processo amplo de debate em todo o Partido, construindo coletivamente as nossas resoluções. É preciso renovar os quadros dirigentes. É preciso transformar as reuniões das instâncias orgânicas em fontes efetivas de deliberação partidária. É necessário diversificar as formas de consultar as bases para as questões importantes do Partido.

Outra questão da democracia do PT, que tem sido pouco examinada em profundidade, é a das relações entre os diversos níveis de que o Partido está

composto: zonal ou distrital, municipal, regional, inter-regional. É preciso definir com precisão o grau de autonomia relativa que cada um desses níveis possa ter em relação aos níveis superiores. O PT propõe-se como um partido nacional, e busca formular um projeto nacional para disputar a hegemonia no conjunto da sociedade e transformar nacionalmente a estrutura socioeconômica, cultural e política. A democracia interna do PT expressa-se pelo poder real das bases sobre a direção e, portanto, é preciso fixar qual o poder real das bases nacionais em relação às direções e bases locais e regionais. É necessário distinguir e caracterizar as questões nacionais e as questões regionais e locais, de maneira que, em situações de conflito, a vontade da base nacional possa prevalecer sobre a vontade da base regional ou local. Enfim, à medida em que o PT vai assumindo, cada vez mais, uma importância nacional, tais questões vão exigindo um esforço coletivo de aprofundamento, em que os objetivos estratégicos do Partido devem constituir a diretriz para resolver questões táticas e localizadas.

A FORMAÇÃO POLÍTICA

Na medida em que cresce nossa responsabilidade na direção política das lutas da classe trabalhadora e na proporção em que se exige de nosso Partido a proposição de um projeto alternativo para a sociedade brasileira, torna-se necessário um impulso maior para o desenvolvimento de um programa de formação política global para nossos militantes.

Ao longo destes dez anos, vimos construindo progressivamente um processo de capacitação de nossos militantes, com a constituição de coletivos estaduais e municipais e de formação política básica voltada para nossa liderança intermediária. A política de convênios com entidades como o Instituto Cajamar e, mais recentemente, com a Fundação Nativo da Natividade e a Escola Quilombo dos Palmares foi importante instrumento na implementação desse programa, mas a exigência que a nova conjuntura nos impõe requer um salto de qualidade. É preciso que o Partido compreenda a importância desse processo e aloque recursos humanos e financeiros capazes de viabilizar um projeto ousado.

Deveremos superar a política de convênios e acumular na perspectiva da construção de uma Escola Nacional de Formação Política, já aprovada na plenária nacional de 1990 pela Secretaria Nacional de Formação Política e apresentada ao DN.

Nesse processo de acúmulo, o Diretório Nacional deverá dar todo apoio e condições ao Projeto de Formação de Quadros Dirigentes, que já está em processo de encaminhamento e que, tendo a duração de um ano e meio, visa dar condições de atuação qualificada a nossos dirigentes estaduais e nacionais.

A extensão dos cursos intermediários a todos os estados, por intermédio do Coletivo Nacional de Formação e com o apoio dos institutos conveniados, e a programação de cursos básicos massivos para militantes de base complementam esse processo, que deverá compor um currículo mínimo de formação petista, espinha dorsal de nossa futura Escola.

Vencendo as deficiências atuais, é necessário que o Partido possibilite a edição de material de apoio, como textos, cartilhas, além dos espaços no futuro jornal do Partido, e a edição de material audiovisual.

É preciso que o conjunto do Partido tenha consciência de que a implementação de um processo de formação política é condição fundamental para que se construa, de fato, uma democracia interna, em que todos os militantes e filiados tenham condições reais de participar do processo de elaboração e construção do Partido.

RELAÇÃO COM A INSTITUCIONALIDADE

A campanha eleitoral de 1989 nos demonstrou que o PT pode, a qualquer momento, ser chamado a administrar não apenas prefeituras, governos de estado ou participar de parlamentos, mas também a própria Presidência da República. Portanto, a reflexão sobre as nossas relações com a institucionalidade ocorre, hoje, com um caráter de dramaticidade de quem deve dar respostas muito concretas a uma exigência já estabelecida. Fizemos uma opção de ocupar espaços institucionais e devemos elaborar uma correta política de nossa presença nessa frente, sua relação com as demais frentes e com nosso projeto estratégico.

O PT nasce em plena Ditadura Militar, enraizado nos movimentos reivindicatórios dos sindicatos combativos e das entidades nas ruas, nas fábricas, nos sindicatos, nos campos e nos bairros. Essa experiência inicial marcou profundamente e de maneira positiva nosso projeto, com seu perfil de independência de classe e de mística revolucionária.

Ao longo desses dez anos, ao lado dessa frente de massas, o Partido foi se estruturando enquanto instituição política e foi ocupando, sempre, mais espaços no campo da institucionalidade formal: elegemos vereadores, deputados, prefeitos.

O desenvolvimento dessas frentes e sua convivência no interior do Partido têm se dado de forma, muitas vezes, conflituosa, numa dialética desafiadora: muitos militantes reclamam do excessivo peso de nossa frente institucional; receia-se que o Partido acabe se limitando ao comportamento típico de um partido da ordem e perca seu horizonte de transformação. Ganha corpo uma mentalidade de que só passa a ter poder no Partido quem tem mandato eletivo institucional; muitas vezes, nossos companheiros que estão na frente institucional desenvolvem comportamentos demasiadamente independentes em relação ao Partido; de outro lado, companheiros praticam uma política preconceituosa em relação aos parlamentares e prefeitos; o Partido não elabora política para esse setor e desenvolve, em relação a seus parlamentares e prefeitos, uma relação utilitarista, medindo seu caráter de pertencer ao Partido apenas pelo volume de suas contribuições financeiras. A relação com nossos companheiros prefeitos e vereadores é, muitas vezes, tensionada pela dificuldade de se precisar o papel do Partido e do administrador, a relação entre as instâncias, a difícil explicitação entre respeito à autonomia e independência absoluta.

Ao longo desses anos, tem sido desenvolvido um esforço pela elaboração política nesse campo, explicitando-se, por exemplo, o caráter do mandato. Como ocorre sempre no PT, a própria prática, muitas vezes contraditória e complexa, tem exigido e estimulado essa elaboração.

Reforça-se, hoje, a consciência de que a frente institucional não é um departamento estanque dentro da vida partidária. O detentor de um mandato desempenha transitoriamente uma função semelhante, do ponto de vista da construção partidária, ao papel desenvolvido por um sindicalista ou militante do movimento popular.

Dentro da política de acúmulo de forças, o objetivo de nossa relação com a institucionalidade é a ocupação de espaços para a demonstração de que é possível uma nova forma de gerir a coisa pública, colocando o aparelho de Estado, com todas as suas limitações e características, a serviço dos setores oprimidos da sociedade; é também a busca de estimular a organização democrática e participativa da sociedade, com prioridade dos setores mais explorados; é ainda a constituição de uma tribuna ampliada para a denúncia e a proposição de novas formas de se organizar uma sociedade. Nossos mandatos são instrumentos, também, de crescimento da credibilidade social que nosso partido necessita na busca da hegemonização dos mais amplos setores da sociedade, na perspectiva do desenvolvimento de nosso projeto socialista.

Verificamos, desde logo, que estamos longe de conseguir esses objetivos com nossa frente institucional; estabelecer uma concepção do mandato como relação entre o projeto partidário, a vontade e as necessidades daqueles que elegem e a própria disposição e projeto do próprio mandato e seu grupo de apoio. É preciso fugir da definição simplista de que o mandato é ou do próprio eleito, ou de seus eleitores ou do Partido. É preciso ter claro que é, necessariamente, uma relação de mediação e de síntese permanente. Neste sentido é que o Partido deve tomar a iniciativa de, coletivamente nas bancadas e na relação individual com cada parlamentar ou prefeito, realizar o planejamento, a execução e a avaliação permanente dos mandatos. Respeitando a autonomia das instituições e de que o ato de governar é necessariamente amplo e voltado para o conjunto da sociedade, o Partido deve ousar na proposição de políticas e tomar a iniciativa do debate. Nessa relação, a questão financeira é apenas um dos detalhes; importante porque revelador de uma concepção de relação, mas de importância menor do que a orientação geral e detalhada que do ponto de vista político é preciso estabelecer.

No que diz respeito às prefeituras e governos de estado que venha a conquistar, o Partido deve amadurecer a dimensão ambivalente de ser sustentação política ante os ataques que a reação, de maneira implacável, pratica contra nossas administrações e, ao mesmo tempo, ser consciência crítica e estímulo ao continuado avanço das políticas que foram traçadas conjuntamente. O Partido deve atuar para reforçar em nossas administrações aquilo que deve ser sua marca: a democratização do Estado, a efetiva participação popular, com a respectiva criação de canais os mais amplos, o direcionamento claro das prioridades para os setores oprimidos. Esta colaboração não pode ser realizada do ponto de vista de quem se coloca de fora ou na mera expectativa, e sim no empenho coletivo, fraterno, construtivamente crítico.

Nesse sentido, devemos ter a ousadia de criar novos canais, novas instâncias de relação e organização, como assegurar a presença de nossos prefeitos e líderes das bancadas em nossas instâncias de direção partidária; com a criação de conselhos políticos compostos de representantes da Administração e da direção partidária respectiva; a implantação de projetos criativos, que estimulem o

envolvimento da militância partidária na construção de mecanismos onde ocorra a efetiva participação popular, como conselhos populares e setoriais.

No que diz respeito à relação com os mandatos, devemos propor formas concretas de relacionamento orgânico entre Diretórios e bancadas, com reuniões periódicas obrigatórias e plenárias conjuntas entre parlamentares e militantes das diversas instâncias. No que diz respeito à questão financeira, o I Congresso deverá amadurecer a possibilidade de os parlamentares serem incluídos num plano de cargos e salários, elaborado em nível nacional pelo Partido, vencendo-se assim a cansativa tensão entre os níveis de contribuição financeira realizada e se avançando na concepção do exercício coletivo e partidário do mandato.

Finalmente, o PT da década de 90 é uma instituição política e, como tal, deve ser tratado em seus aspectos positivos de consolidação de um projeto da classe trabalhadora e nos limites que a institucionalidade coloca. Há a clara consciência de que não se passa impunemente pela instituição. Registra-se em muitos setores do Partido uma procedente preocupação com um certo grau de acomodação, de adaptação “exagerada” aos trâmites, usos e costumes da vida institucional. Registra-se uma certa perda do ardor revolucionário das primeiras obras. Não basta constatar e lamentar.

Só a capacidade coletiva de se buscar um equilíbrio entre o crescimento de nossas três frentes de construção partidária e a permanente realimentação de nossa vida partidária em seu manancial original e determinante, que é a luta dos trabalhadores em todos os locais e instâncias em que ela se trava, é que nos permitirão não apenas vencer eventuais ameaças de deformação de nosso caráter partidário, como ir além, e conseguir utilizar de maneira correta e adequada os instrumentos que a prática institucional nos coloca à disposição. É preciso não ter medo e ter a ousadia revolucionária de propor novas políticas, novas saídas, sempre que limites externos ameacem a realização de nosso projeto. Nesse sentido, temos clareza de que o Partido, de forma madura e serena, deve estar atento para construir, desde agora, um acúmulo de forças e de experiências que, além dos marcos da institucionalidade vigente, nos assegurem a continuidade da construção de nosso projeto estratégico, a construção de uma sociedade brasileira socialista.

ENCONTROS ESTADUAIS EXTRAORDINÁRIOS

Logo após o primeiro turno das eleições de 1990 serão realizados Encontros Estaduais Extraordinários, com os mesmos delegados dos últimos encontros, para discutir e decidir a tática mais adequada para o segundo turno.

I CONGRESSO OU 8º ENCONTRO NACIONAL

O 7º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores determina que o Diretório Nacional eleito convoque o I Congresso ou 8º Encontro Nacional do Partido, para ser realizado até o fim do ano de 1991, e o mandato para, com uma maioria de 2/3 dos seus membros, modificar o Regimento Interno no que diz respeito aos critérios de convocação, participação e realização dos Encontros (Municipais, Zonais, Estaduais, Nacional), os procedimentos e prazos de discussão de Teses e

Resoluções e os critérios de eleição de delegados dos Encontros Municipais e Zonais ao Encontro Estadual e dos Encontros Estaduais ao Nacional.